

LUIZ FUX



JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL II

CIDADANIA E DIREITOS FUNDAMENTAIS

Valter Shuenquener de Araujo
Coordenador

CXCV607

341.2
F996J

Belo Horizonte



2017

MJ-Bic...

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

A JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL NA EXPERIÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: UMA CAMINHADA DEMOCRÁTICA, INDEPENDENTE E CORAJOSA

LUIZ FUX	11
-----------------------	----

CAPÍTULO 1

O PAPEL DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E A SALVAGUARDA DAS MANIFESTAÇÕES SOCIAIS: PARA ALÉM DA DICOTOMIA SUBSTANCIALISMO E PROCEDIMENTALISMO

LUIZ FUX	17
1.1 Considerações preliminares	17
1.2 Definindo o papel da jurisdição constitucional na democracia: substancialismo, procedimentalismo e constitucionalismo popular	18
1.2.1 As concepções substancialistas.....	19
1.2.2 As concepções procedimentalistas.....	23
1.2.3 O constitucionalismo popular	25
1.3 O caso: Rcl nº 15.887/DF.....	27
1.4 Conclusões	30

CAPÍTULO 2

RCL Nº 5.698 – AGR-ED-ED: FIXAÇÃO DA COMPETÊNCIA PARA AÇÕES ORIUNDAS DE RELAÇÕES DE TRABALHO QUE ENVOLVAM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ABHNER YOUSSEF MOTA ARABI	33
2.1 Contextualização do caso	33
2.2 <i>Quaestio iuris</i> debatida	33

CAPÍTULO 3

ARE Nº 664.335 – REPERCUSSÃO GERAL: USO DE EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI) COMO FATOR DE DESCARACTERIZAÇÃO DO TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL PARA FINS DE APOSENTADORIA

ABHNER YOUSSEF MOTA ARABI	43
3.1 Contextualização do caso	43
3.2 <i>Quaestio iuris</i> debatida	44

CAPÍTULO 4

A INCONSTITUCIONALIDADE DO MODELO NORMATIVO DE DOAÇÕES EMPRESARIAIS PARA AS CAMPANHAS ELEITORAIS COMO IMPERATIVO DOS CÂNONES DEMOCRÁTICOS E O REPÚDIO À *PLUTOCRATIZAÇÃO* DO PROCESSO POLÍTICO

CARLOS EDUARDO FRAZÃO	65
4.1 Considerações preliminares: a necessidade de uma reforma política no país	71
4.2 Delimitando a controvérsia: o modelo normativo de financiamento de campanhas eleitorais vigente à época do julgamento	72
4.3 Premissas teóricas: breves reflexões sobre os limites e as possibilidades da jurisdição constitucional em matéria de reforma política	73
4.4 A inconstitucionalidade do arcabouço normativo vigente de doações empresariais como imperativo constitucional democrático: necessidade de evitar a <i>plutocratização</i> do processo político	79
4.5 Considerações finais	84

CAPÍTULO 5

REVERSÕES LEGISLATIVAS À JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL EM MATÉRIA ELEITORAL: DIREITO DE ANTENA E FUNDO PARTIDÁRIO II E A TEORIA DOS DIÁLOGOS INSTITUCIONAIS

CARLOS EDUARDO FRAZÃO	87
5.1 Delimitando a controvérsia: o direito de antena e Fundo Partidário I (ADIs nº 4.430/DF e 4.795/DF), a superação frontal do precedente (Lei nº 12.578/2013) e a ADI nº 5.105/DF	91
5.2 Breves reflexões acerca dos limites e possibilidades de superação legislativa dos precedentes do Supremo Tribunal Federal: a teoria dos diálogos institucionais	92
5.3 A inconstitucionalidade da reação legislativa. Ausência de justificação idônea a amparar a reversão jurisprudencial	102
5.4 Necessidade de postura particularista da Suprema Corte na defesa dos pressupostos democráticos	105
5.5 Considerações finais: os limites às reversões legislativas	108

CAPÍTULO 6

ADPF Nº 347/DF – “ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL” E SISTEMA PENITENCIÁRIO: CRITÉRIOS (NORMATIVOS E INSTITUCIONAIS) E A PROTEÇÃO JUDICIAL EFETIVA EM SEDE DE ADPF

DANIEL AUGUSTO DINIZ VILA-NOVA	111
6.1 Contextualização	111
6.2 Temas constitucionais debatidos.....	112
6.3 Temas constitucionais debatidos.....	112

CAPÍTULO 7

ADPF Nº 378/DF – RITO PROCEDIMENTAL DE APRECIÇÃO DO *IMPEACHMENT* (CASO DILMA ROUSSEFF): COMPETÊNCIAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E DO SENADO DA REPÚBLICA

DANIEL AUGUSTO DINIZ VILA-NOVA	119
7.1 Contextualização	119
7.2 Temas constitucionais debatidos	120
7.3 Destaques do voto do Ministro Luiz Fux.....	121

CAPÍTULO 8

RE Nº 586.224 – SÃO PAULO – LIMITES DA COMPETÊNCIA MUNICIPAL PARA LEGISLAR SOBRE DIREITO AMBIENTAL – O CASO DA LEI MUNICIPAL Nº 1.952/1995, DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA, QUE PROÍBE A QUEIMA DE PALHA DE CANA-DE-AÇÚCAR E O USO DE FOGO EM ATIVIDADES AGRÍCOLAS
IRAPUÃ SANTANA DO NASCIMENTO DA SILVA,

JOÃO MOREIRA PESSOA DE AZAMBUJA	131
8.1 Contextualização do caso	131
8.2 Questões constitucionais debatidas e contribuições do Ministro Luiz Fux.....	132

CAPÍTULO 9

O *HABEAS DATA* COMO GARANTIA CONSTITUCIONAL ADEQUADA PARA A OBTENÇÃO DOS DADOS CONCERNENTES AO PAGAMENTO DE TRIBUTOS DO PRÓPRIO CONTRIBUINTE CONSTANTES DOS SISTEMAS INFORMATIZADOS DE APOIO À ARRECADAÇÃO DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA DOS ENTES ESTATAIS (RE Nº 673.707)

MARCUS LÍVIO GOMES, RAQUEL DE ANDRADE VIEIRA ALVES	149
9.1 Introdução	149
9.2 O <i>habeas data</i> como garantia constitucional do contribuinte.....	150
9.3 Conclusão	157

CAPÍTULO 10

ADI Nº 5.240 – AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA

MÁRIO AUGUSTO FIGUEIREDO DE LACERDA GUERREIRO	161
--	-----

CAPÍTULO 11

EXTRADIÇÃO Nº 1.405 – GOVERNO DA ITÁLIA X PASQUALE SCOTTI

MÁRIO AUGUSTO FIGUEIREDO DE LACERDA GUERREIRO	173
--	-----

CAPÍTULO 12

AÇÕES CIVIS ORIGINÁRIAS – ACOS Nº 2.550 E 2.536 – CONCILIAÇÃO COMO FORMA DE SOLUÇÃO ALTERNATIVA DO CONFLITO REFERENTE AO SISTEMA HÍDRICO DO RIO PARAÍBA DO SUL NO ÂMBITO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

MATEUS DA JORNADA FORTES	179
12.1 Ação Civil Originária nº 2.536.....	182
12.2 Ação Civil Originária nº 2.550. Ação Cível Originária. Redução da vazão mínima afluente à barragem de Santa Cecília, no Rio Paraíba do Sul. Resolução nº 1.309/2014. Designação de audiência de conciliação	184

CAPÍTULO 13

MEDIDA CAUTELAR NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 5.316/DF – ALTERAÇÃO DA IDADE PARA APOSENTADORIA COMPULSÓRIA DOS MINISTROS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, DOS TRIBUNAIS SUPERIORES E DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

MATEUS DA JORNADA FORTES	189
13.1 A Emenda Constitucional nº 88/2015 e as alterações promovidas na ordem jurídica nacional.....	192
13.2 Preenchimento dos requisitos legais de admissibilidade.....	195
13.3 Mérito.....	197
13.3.1 Primeira questão: a expressão “nas condições do art. 52 da Constituição Federal” do art. 100 do ADCT	197
13.3.1.1 Uma breve reflexão sobre os limites do controle judicial de emendas constitucionais.....	197
13.3.1.2 O caso em questão: evidente ofensa ao núcleo essencial da separação dos poderes (CRFB, art. 60, §4º, III).....	198
13.3.2 Segunda questão: o sentido da expressão “lei complementar” na nova redação do art. 40, §1º, II, da CRFB e o alcance da regra transitória do art. 100 do ADCT	200
13.4 Conclusão e dispositivo	204

CAPÍTULO 14

ADIS Nº 4.628 E 4.713 – ICMS E GUERRA FISCAL: ANÁLISE DA CONSTITUCIONALIDADE DO PROTOCOLO ICMS Nº 21/11 E DA ATUAÇÃO DO STF

RAQUEL DE ANDRADE VIEIRA ALVES, MARCUS LÍVIO GOMES	207
14.1 Introdução	207
14.2 A controvérsia submetida à análise do STF.....	208

CAPÍTULO 15

RE Nº 870.947 - VALIDADE CONSTITUCIONAL DOS CRITÉRIOS DE CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS MORATÓRIOS APLICÁVEIS ÀS CONDENAÇÕES JUDICIAIS IMPOSTAS À FAZENDA PÚBLICA, CONFORME FIXADOS PELO ART. 1º-F DA LEI Nº 9.494/1997, COM REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 11.960/2009

RODRIGO NAUMANN	221
15.1 Comentários.....	221
15.2 Trechos selecionados do voto.....	222
15.3 Primeira questão: regime de juros moratórios incidentes sobre as condenações impostas à Fazenda Pública.....	222
15.4 Segunda questão: regime de atualização monetária das condenações impostas à Fazenda Pública	224
15.4.1 Inadequação lógico-conceitual.....	229
15.4.2 Inadequação técnico-metodológica.....	230
15.4.3 Inadequação histórico-jurisprudencial.....	231
15.4.4 Inadequação pragmático-consequencialista	232
15.5 Considerações finais	234
15.6 Dispositivo	235

CAPÍTULO 16

ADIS Nº 5.062 E Nº 5.065 - VALIDADE CONSTITUCIONAL DAS ALTERAÇÕES PROMOVIDAS PELA LEI Nº 12.853/2013 SOBRE O MARCO REGULATÓRIO DA GESTÃO COLETIVA DE DIREITOS AUTORAIS (LEI Nº 9.610/1998)

RODRIGO NAUMANN	237
16.1 Comentários.....	237
16.2 Trechos selecionados do voto.....	239
16.2.1 Preliminar: admissibilidade das ações diretas.....	239
16.2.2 Mérito.....	239
16.2.2.1 Inconstitucionalidade formal	239
16.2.2.2 Inconstitucionalidade material: premissas teóricas	239
16.2.2.2.1 Direitos autorais e gestão coletiva: a racionalidade econômica	239
16.2.2.2.2 Direitos autorais e gestão coletiva: a disciplina jurídica brasileira.....	241

16.2.2.2.3	Poder de mercado e ausência de regulação: as distorções na gestão coletiva diagnosticadas por CPIs e pelo CADE.....	243
16.2.2.2.4	A Lei nº 12.853/2013 e a tentativa de equacionar os problemas	245
16.2.2.2.5	O papel do Poder Judiciário na revisão de marcos regulatórios setoriais: parâmetros de atuação	246
16.3	Conclusão e dispositivo	252

CAPÍTULO 17

RE Nº 898.450 – PROIBIÇÃO DE TATUAGEM A CANDIDATO DE CONCURSO PÚBLICO É INCONSTITUCIONAL, SALVO SE O CONTEÚDO VIOLAR VALORES CONSTITUCIONAIS

THIAGO LÔBO FLEURY	253
17.1 Contextualização do caso	253
17.2 <i>Quaestio iuris</i> debatida e contribuições do Ministro Luiz Fux	254

CAPÍTULO 18

RE Nº 837.311 – REPERCUSSÃO GERAL – DIREITO À NOMEAÇÃO DO CANDIDATO APROVADO FORA DO NÚMERO DE VAGAS NAS HIPÓTESES EXCEPCIONAIS DE PRETERIÇÃO ARBITRÁRIA E IMOTIVADA. UM AVANÇO NECESSÁRIO

VALTER SHUENQUENER DE ARAUJO	271
Principais trechos do voto proferido pelo relator do RE 837.311 Min. Luiz Fux	275
Preliminar	280
Admissibilidade do recurso extraordinário	280
Mérito	280

CAPÍTULO 19

MS Nº 33.340 – SIGILO BANCÁRIO E EMPRESARIAL E SUA Oponibilidade AO TRIBUNAL DE CONTAS: A ALMA DO NEGÓCIO E A PRERROGATIVA DE CONTROLE

VALTER SHUENQUENER DE ARAUJO	293
Da missão constitucional da corte de contas	301
Da tutela ao sigilo empresarial	302
Do legítimo alcance da restrição ao sigilo	307
Da natureza jurídica dos recursos do BNDES	310
Da jurisprudência do STF sobre o tema	311
Dispositivo	313

SOBRE OS COMENTARISTAS	315
-------------------------------------	-----